

O 'efeito classe média' nos protestos anti-austeridade¹

Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro²

Resumo: A concepção do 'efeito classe média' propugnada por Elísio Estanque e a forma como esse 'efeito' se manifestou nos protestos anti-austeridade desde 2008 leva-nos a questionar se este 'efeito' será causa dos protestos anti-austeridade ou se por outro lado serão os protestos anti-austeridade um dos efeitos desta 'classe média'?

Palavras-chave: Classe média, protestos anti-austeridade, movimentos sociais, identidade corporativa, crise, capitalismo, classes, estratificação.

I- Introdução:

Com o presente ensaio pretendemos discutir a concepção do 'efeito classe média' propugnada por Elísio Estanque, bem como as perspectivas adoptadas, tendentes à necessária contextualização e problematização das suas ideias e a forma como esse 'efeito' se manifestou nos protestos anti-austeridade, desde 2008. Será este 'efeito' causa dos protestos anti-austeridade? Serão os protestos anti-austeridade um dos efeitos desta 'classe média'?

É consensual que o termo 'classe média' se vulgarizou, tendo Elísio Estanque dedicado o seu esforço ao estudo deste conceito, bem como suas problemáticas, sendo autor e coautor de inúmeros artigos dedicados a esta temática.

Nos últimos anos, a classe média tem surgido em todo o mundo em diversos contextos, sejam eles em sentido ascendente ou descendente, certo é que se têm manifestado das formas mais diversas. Seja a classe média em acelerada expansão

¹ O presente Ensaio foi apresentado no âmbito da cadeira de Análise de Classes e Transformações Sociais, leccionada pelo Professor Doutor Elísio Estanque, integrante da parte lectiva (2016/2017) do Doutoramento Sociologia - Relações Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Rui Moreira Claro é Licenciado e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com Pós-Graduação em Direito do Trabalho pelo Instituto do Direito e das Empresas da mesma Faculdade. No âmbito profissional, é Advogado, exercendo a sua actividade em diversas empresas nacionais, com predominância na área laboral e societária. É, desde 2017, Deputado à Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Coimbra.

resultante do elevado número de pessoas que ascenderam da pobreza, visível em países em desenvolvimento como o Brasil, a Índia e a China. Ao mesmo tempo, tem-se assistido, em sentido inverso, ao declínio de uma certa classe média Europeia e Norte Americana, em virtude de medidas de austeridade que fulminaram os desígnios e as expectativas da classe média. Seja pela notória pressão a que a classe média no mundo desenvolvido está sujeita, seja pelo exponencial crescimento da (nova) classe média no mundo em desenvolvimento, esta temática assume cada vez mais relevância, consubstanciando, em nosso entender, tema central no que respeita ao desenvolvimento social, (des)emprego, influência das classes médias nos países em desenvolvimento, reacção das classes médias face à crise do capitalismo de 2008 que fustigou fortemente a Europa, ou ainda o novo paradigma dos movimentos sociais enquanto primado da acção colectiva.

As políticas dos governos levaram, por um lado, a dívida pública a níveis astronómicos para salvar a banca e os mercados financeiros, sujeitando os Estados à especulação dos juros. Por outro lado, as consequências não se fizeram esperar, com anos de recessão e estagnação, consequência do aumento significativo do desemprego e da pobreza e da quebra de investimento público e privado, mas ainda do retrocesso de direitos cívicos e sociais nos países ditos desenvolvidos.

Esta crise de 2008, com características globais e cujos efeitos ainda hoje perduram, teve origem na economia de casino ou alta finança especulativa e na concentração desmedida de capital.

Com o laissez-faire dos mercados financeiros, enquanto símbolo do liberalismo económico, na versão mais pura de capitalismo onde o mercado deve funcionar livremente – dominante nos Estados Unidos e nos países da Europa –, imperou a desregulação e o total desinteresse pelo social. Parece que os Estados existem para servir a Banca e a alta finança, não para prover os interesses dos seus cidadãos, numa preocupante inversão das prioridades e um atentado à Democracia tal qual a concebemos. Com este contexto de ‘crise’, tornou-se mais fácil adoptar uma agenda ‘neoliberal’, recuperando a regulação dos mercados financeiros e impondo políticas económicas de austeridade, esvaziando direitos sociais, sob a ideologia avassaladora de que ‘ninguém pode viver acima das suas possibilidades’. Ou seja, foi o ponto de partida para, sob a égide do argumento de que era “imperativo educar” os Estados e os seus

cidadãos, pouco frugais e incumpridores, reduzir significativamente o Estado social, a oferta pública de bem-estar social, reduzir o apoio na doença e na educação, ao mesmo tempo que tal agenda se ocuparia de promover ‘boas práticas’, a então tão falada ‘flexi-segurança’, promovendo a liberalização das condições de emprego, baixando drasticamente os salários e ‘precarizando’ os vínculos contratuais dos trabalhadores.

Ao insucesso económico na União Europeia veio juntar-se um enorme retrocesso social. Esta conjugação de factores explica o descontentamento popular, em sectores muito abrangentes, face ao proclamado projeto europeu, solidário e credível face aos riscos e às oportunidades criados pela crescente globalização da economia mundial. É com esse descontentamento popular tão heterogéneo que surgem os protestos anti-austeridade, transversais a toda a sociedade, de todos os estratos sociais e faixas etárias.

Com as políticas económicas de austeridade, esvaziando os direitos sociais, assistimos ao “fecho de portas” para os pobres, desempregados e imigrantes, que, curiosamente, atrai a classe média como se fosse uma bolha protecionista. Esta ética da exclusão passa a ser a mensagem que empurra os cidadãos para um nacionalismo sem igual, corrosivo para o incipiente ‘federalismo europeu’ e potenciador da fragmentação da União Europeia a 27.

II- O conceito ‘classe média’, suas perspectivas e heterogeneidade:

A noção de classe média tem, em parte, a sua génese, no pensamento marxista. Porém, não foi entre os defensores do pensamento marxista que a noção de ‘classe média’ mais prosperou. Pelo contrário, a noção de ‘classe média’ surgiu fora da sociologia marxista, sendo utilizado pelos críticos de tal pensamento utilizado para refutar aquilo que seria o simplismo da teoria marxista das classes sociais, ou seja, a ideia segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo deveria produzir uma polarização sociodemográfica crescente entre burgueses e proletários. Os autores que desenvolveram o conceito de classe média, ligados à sociologia weberiana ou à sociologia da estratificação norte-americana, rejeitavam a ideia da polarização sociodemográfica, evidenciando as diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado. Estudos como os de Wright Mills ou David Lockwood, publicados na

década de 50/60, destacaram as dificuldades de ‘sindicalização’ dos trabalhadores de classe média, cujo individualismo contrastava com o forte associativismo dos trabalhadores assalariados manuais ou operários. Mills e Lockwood utilizaram essa diferença no plano da prática organizativa e reivindicativa para criticar a noção marxista de classe social. Argumentavam que o facto dos empregados de escritório ou colarinho branco, do comércio e do setor público ocuparem, na economia, uma posição idêntica à do operariado, já que também eram trabalhadores desprovidos de propriedade, e, ao mesmo tempo, apresentarem uma posição tão distinta no que respeita à organização e à luta reivindicativa, esse facto evidenciaria os limites da teoria marxista das classes sociais. O comportamento dos ‘colarinhos brancos’ só poderia ser explicado se se considerasse, além de sua situação no processo de produção, a sua situação de *status*, isto é, se se considerasse além da estrutura de classes o sistema de estratificação social. Ou seja, seguindo Max Weber, tais autores aplicavam a ideia segundo a qual o conflito de classes, que seria um conflito no mercado pela distribuição da renda, seria apenas uma das dimensões do conflito social. A outra dimensão seria a do conflito entre grupos de *status*, gerados pela distribuição desigual da ‘honra e do prestígio’. Mills e Lockwood sustentaram que o usufruto de um prestígio mais elevado e a aspiração permanente por mais prestígio seriam a principal marca distintiva dos ‘colarinhos brancos’ em relação ao operários. Na análise de Mills e Lockwood, o trabalhador de classe média, que representa para eles um grupo de *status* no interior da classe trabalhadora, apresenta-se com alguém relutante em comprometer-se com a organização e a luta coletiva, porquanto opta por lutar individualmente pela sua ascensão na escala de prestígio social. A análise de Mills e de Lockwood não parava aí, apontando que ao mesmo tempo que em termos de tendência era de se esperar uma aproximação entre os ‘colarinhos brancos’ e os trabalhadores manuais.

Por seu lado, Elísio Estanque defende que *“para lá da existência de uma classe média ‘real’, pode conceber-se a presença de uma classe média ‘virtual’, ou seja, pressupõe-se que as adesões e demarcações sociais que a simples referência a essa vaga e imprecisa ‘mancha’ sociológica (...) possui um alcance significativo na modelação das representações sociais e, portanto, adquire consequências efectivas no terreno das práticas e das expectativas subjectivas, sejam elas de identificação com os padrões de vida de classe média, sejam, pelo contrário, de demarcação face a essa categoria.”*

(Estanque, 2002), sendo que nessa noção de classe média cabem duas perspectivas distintas que potenciam o significado social uma da outra: 1) a classe média enquanto categoria objectiva, isto é, enquanto campo de afluência que oferece oportunidades de acesso a padrões de vida melhorados a amplos sectores da classe trabalhadora oriundos de segmentos mais desapossados; 2) a classe média enquanto categoria subjectiva, isto é, enquanto referência simbólica propiciadora de ilusões de oportunidade, criadora de atitudes adaptativas e de aceitação, que funciona como mecanismo de integração do sistema social, assegurando assim a reprodução das próprias desigualdades sociais.

Conforme refere Elísio Estanque, Max Weber, foi o sociólogo que mais inspirou as teorias da estratificação social, ao prever a importância decisiva das qualificações e habilidades como recursos decisivos para as oportunidades de mercado dos indivíduos e, logo, como factores de diferenciação entre as 'classes'. Para Weber, a questão da propriedade assumia especial relevância, sobretudo pelos direitos a ela associados que conferem diferentes possibilidades na esfera do mercado, pois, daí resultam evidentes discrepâncias de poder negocial, ou seja, de oportunidades no mercado de trabalho. Entende, porém, que foi principalmente a ênfase colocada no diferencial de habilidades e recursos inalienáveis entre os não-proprietários que, como hoje se pode comprovar, conferiu a Weber maior actualidade neste domínio, nomeadamente ao contrariar Marx em dois aspectos fundamentais: 1) quanto à capacidade da 'situação de classe' determinar, por si só, as formas de acção colectiva; 2) quanto às vantagens que os dominados poderiam retirar de uma improvável 'luta de classes'.

Assim, a 'classe média' é uma classe social presente no capitalismo moderno, entendida enquanto possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo razoáveis, de forma a não apenas suprir as necessidades de sobrevivência como também permitir formas variadas de lazer e cultura, embora sem chegar aos padrões de consumo eventualmente considerados luxuosos das classes superiores. A classe média surgiu como uma das consequências da consolidação do capitalismo e, portanto, não só devido a factores de segmentação social, resultantes do desenvolvimento económico, mas como um fenómeno típico da industrialização.

Acontece que, o marxismo não identifica necessariamente os grupos descritos acima como sendo a 'classe média'. Ao invés, define a cultura social não de acordo com o prestígio económico ou social de seus membros, mas de acordo com a sua relação com

os meios de produção: por exemplo, um nobre possui terras, ao passo que um capitalista possui o capital, sendo que o trabalhador tem a habilidade de trabalhar e necessita de procurar emprego para vender a sua força de trabalho e perpetuar a sua subsistência. Para Marx, ainda assim, entre dominantes e dominados, há um grupo, a pequena burguesia, geralmente chamada de classe média, constituída por indivíduos que cuidavam das suas próprias produções e tinham pequenas propriedades (por exemplo, os pequenos camponeses, comerciantes, artesãos). Historicamente, durante o período feudal, a burguesia era em si a 'classe média'. Como propugnava o marxismo, a burguesia era, numa sociedade capitalista, a classe dominante – ao contrário do que entende Nicos Poulantzas, que não fala em classe média, mas sim em 'nova pequena burguesia'. A composição exacta da classe média sob o capitalismo foi sempre objecto de amplo debate entre os marxistas. Alguns descreveram-na como uma classe que implementava o capitalismo em favor de uma classe dominante, composta por pequenos burgueses, profissionais e gerentes. Outros discordaram, usando livremente o termo 'classe média' para se referirem aos trabalhadores de colarinho branco emergentes, embora, em termos marxistas eles sejam parte do proletariado – a dita classe trabalhadora. Outros ainda alegaram que existia uma classe que compreendia os intelectuais, tecnocratas e gerentes, que procuravam o poder pelos seus próprios méritos. Alegavam que essas classes médias tecnocráticas se apossavam do poder e do governo em benefício próprio, nas sociedades do tipo soviético.

Ora, sucede que, com o rápido crescimento das economias de mercado emergentes nas últimas décadas, milhões de pessoas deixaram a pobreza e entraram na nova classe média global. Lembremo-nos das recentes projecções de crescimento específicas quanto à classe média para cada país que sugerem que até 2030, cerca 30% da população pertencerá a tal 'classe'. Quanto ao número de pessoas da classe média nos actuais países em desenvolvimento será um pouco maior que aquele que se verificará nos actuais países desenvolvidos.

O crescimento global da classe média nas próximas décadas trará grandes mudanças na produção global e nos padrões de consumo, que têm sido amplamente comentadas. Talvez o mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento seja a questão da importância dos membros de uma classe média independente, como contribuintes e beneficiários do sistema social e como cidadãos ativos e eleitores, esperando que a sua

relação com o Estado se venha a estabelecer e a apoiar num crescimento que seja inclusivo e que reduza a pobreza. Certo é que a nova classe média será mais propensa a apoiar as políticas económicas liberais, com uma probabilidade maior de exigir a igualdade de condições nas suas economias, com um governo e governação transparentes e eficazes. Não existem dúvidas de que a crescente classe média em países em desenvolvimento é um resultado de taxas de crescimento saudáveis. Talvez, num ciclo virtuoso, o recente crescimento na Índia, África, China e grande parte da América Latina, seja impulsionado pela “sorte”, pela “globalização”, por boas políticas ou pelos benefícios intangíveis da revolução da informação ou da mudança das normas globais (v.g os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM ou os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS).

III- Da Teoria de Classes de Marx à Teoria da Estratificação de Weber e Durkeim:

As classes sociais no pensamento de Karl Marx surgem a partir da divisão social do trabalho. Em função dessa divisão, a sociedade estrutura-se entre aqueles que são possuidores ou detentores dos meios de produção e aqueles que o não são.

As relações de produção visam regular tanto a distribuição dos meios de produção e dos produtos quanto a apropriação dessa distribuição e do trabalho. Expressam assim as formas sociais de organização voltadas para a produção, decorrendo dessas relações os factores que resultam na divisão interior ou estrutural das sociedades.

No pensamento de Marx, percebe-se que por ter uma finalidade em si mesmo, o processo produtivo aliena o trabalhador, já que é somente para produzir que ele existe. Em razão da divisão social do trabalho e dos meios, a sociedade oscila entre dois pólos, conforme se aflorou, surgindo desse modo uma classe dominante e uma classe dominada – v.g. a dos trabalhadores. O Estado aparece, desta forma, para representar os interesses da classe dominante e criar regras com vista à manutenção dessa estrutura da produção. Essas regras consubstanciam, na óptica de Marx, uma dada infraestrutura, condicionando o desenvolvimento de ideologias e normas reguladoras, sejam elas políticas, religiosas, culturais ou económicas, para assegurar os interesses dos proprietários dos meios de produção (da classe dominante).

Percebendo que mesmo a revolução burguesa não conseguiu abolir as contradições entre as classes, Marx observou que ao substituir as antigas condições de exploração do trabalhador por novas, o sistema capitalista de produção no seu desenvolvimento ainda guarda contradições internas que permitem criar condições objectivas para a transformação social. Contudo, cabe somente ao proletariado, na tomada de consciência de classe, sair do papel de mero determinismo histórico e passar a ser agente dessa transformação social. As contradições são expressas no aumento do número daqueles que nada têm, ou seja, os que não detêm os modos de produção, o proletariado, que sofrem com os males da humanidade, tais como a pobreza, doenças, fome e desnutrição, bem como o atraso tecnológico, em claro contraste com a grande acumulação de bens e riqueza em grandes centros financeiros e industriais.

Segundo Marx, só por intermédio de um processo revolucionário é que os proletários de todo o mundo poderiam eliminar as condições de apropriação e concentração dos meios de produção existentes. Acabando com a propriedade desses meios, desapareceria a burguesia e instalar-se-ia, transitoriamente, uma ditadura do proletariado, até que se realizassem as condições de uma forma de organização social comunista.

Sabemos que esse ideal inspirou a Revolução Russa de 1917, com a criação da URSS, tendo sido a primeira tentativa de um governo dos trabalhadores tendo em vista a construção da sociedade comunista. No entanto, os fracassos dessa experiência ainda nos permitem pensar no papel da propriedade privada no interior da sociedade, que embora provocadora de desigualdades, também não se mostrou adequada na sua forma colectiva de uso. Como deveremos então ver a relação entre política e economia nos dias de hoje? Ainda que não haja respostas contundentes sobre esse assunto, parece ser o desafio do nosso tempo compreender as contradições do sistema capitalista e procurar, de modo adequado, tomar consciência de que a transformação social exige a participação de todos. Para Marx, as sociedades são 'sociedades de classes', sendo que em qualquer sociedade encontramos um sistema de classes, ou seja, um sistema onde existe um grupo dominante e um grupo dominado. Mas o que são afinal as classes sociais para Marx? As classes sociais são um grupo social, um conjunto de actores, que não tem uma existência oficial ou concreta. Elas são caracterizadas pela vaga ou pela própria movimentação do sistema produtivo. As classes sociais

transformam a organização económica e social. Estas possuem três critérios: 1 – o grupo social define-se pela posse de um meio de produção, em que os actores têm a mesma posição na relação de produção e onde os indivíduos que pertencem à mesma classe social têm de ter uma posição social similar; 2 – indivíduos que partilham uma classe social têm de ter uma consciência de classe, ou seja, devem partilhar interesses, estilos de vida, preferências, devendo tais indivíduos ter consciência de pertencer a uma classe específica e ter interesses em comum, com um sentimento de pertencer ao mesmo grupo; Karl Marx refere que uma classe social tem consciência dela somente se interioriza que está em luta contra outras classes; 3 – Uma classe social partilha a luta de classe, ou seja, os indivíduos lutam pelos mesmos interesses, existindo assim confronto, conflito, podendo estes ser mais ou menos violentos.

Destarte, para Marx, as classes não são somente uma ideia construída por economistas ou sociólogos, trata-se de uma realidade material que influencia o comportamento dos actores. Pelo que, as duas classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista são no seu entender os proletários ou operários – que têm somente a força de trabalho – e os capitalistas ou a dita burguesia – que têm o capital – , dúvidas não restando que os proletários acabam sempre explorados pelos capitalistas.

Por outro lado, Max Weber, entende que a relação social é *“o comportamento de uma pluralidade de indivíduos que, pelo conteúdo significativo das suas actividades, regulam a sua conduta reciprocamente uns pelos outros”*. Ora, para Weber, as categorias da estratificação social são orientadas por princípios referentes à estratificação e às suas normas. De modo que, a forma como os indivíduos estão organizados socialmente requer a partilha dessas relações sociais, ou seja, o entendimento mútuo da coerência do esquema de estratificação faz com que o sentido de tais princípios seja comungado pela colectividade envolvida nesta estrutura.

Assim, Weber defende que a estratificação é a maneira pela qual os indivíduos se reproduzem socialmente e toda a discussão relativa à estratificação social requer, inicialmente, atenção ao conceito de poder. Entende-se aqui *“por poder a possibilidade de um homem ou um grupo de homens realizar a sua vontade própria numa acção comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da acção”* (WEBER, 1974). Portanto, o modo de estruturar qualquer ordem social influencia a distribuição de poder, seja ele económico ou qualquer outro, dentro, claro está, dos

limites de cada sociedade. A estrutura social não se organiza apenas ao nível económico, mas também em termos do poder. Logo, não é somente o poder que advém de factores económicos que determina o tipo de estratificação social observado nas diversas sociedades, pois a luta pelo poder também é orientada pelas honras e prestígios sociais trazidas por ele. Existem contextos nos quais a honra é que está na base do poder político ou mesmo económico, conforme demonstra Weber (WEBER, 1974), afirmando que *“a forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de ‘ordem social’”*. Isto é, a ordem social e a ordem económica estão certamente relacionadas da mesma forma com a ‘ordem jurídica’. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços económicos são distribuídos e usados para e por essa comunidade ou indivíduos. A ordem social é, decerto, condicionada de forma inelutável pela ordem económica, que, por sua vez, a influencia. A estruturação do poder e a produção económica possibilitam a classificação das sociedades e a avaliação do grau de mobilidade social encontrado nelas. Dessa forma, conclui que as ‘castas’, *“classes, estamentos e partidos são fenómenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade”* (WEBER, 1974), elementos esses que serão brevemente analisados de seguida.

Diferentemente dos ‘estamentos’³ – a sociedade estamental ou de estados representa a estrutura social típica do sistema feudal medieval, dividida em estamentos (grupos sociais), onde quase não existe mobilidade social, ou seja, a

³ O ‘estamento’ constitui uma forma de estratificação social com camadas mais fechadas do que as classes sociais e mais abertas do que as castas, ou seja, possui maior mobilidade social que no sistema de castas e menor mobilidade social do que no sistema de classes sociais.

É um tipo de estratificação ainda presente em algumas sociedades, sendo que nessas sociedades o indivíduo, desde o nascimento, está obrigado a seguir um determinado modo ou estilo de vida predeterminado, reconhecidas por lei e geralmente ligadas ao conceito de honra, embora exista alguma mobilidade social. Historicamente, os estamentos caracterizaram a sociedade feudal durante a Idade Média. No que concerne ao presente contexto do termo, na obra de Max Weber, o conceito de estamento é ampliado, passando a significar não propriamente um corpo homogéneo estratificado, mas sim uma certa teia de relacionamentos, os quais constituem um determinado poder e influem em determinado campo de actividade. Podemos afirmar que, no estamento, cada estrato deve obedecer a leis diferenciadas, tomando como exemplo, na sociedade feudal, os direitos e deveres de um nobre que eram diferentes dos direitos e deveres de um servo. E, embora a lei não preveja a mudança de *status* social, ela também não a torna impossível, como na casta. Por exemplo, um servo pode tornar-se um pequeno comerciante ou um membro do clero. Isso dá ao sistema de estamentos uma mobilidade social maior do que nas castas, mas não tão alta quanto nas classes sociais, onde todos, em teoria, são iguais perante a lei.

posição do indivíduo na sociedade dependerá de sua origem familiar, por exemplo: nasceu servo, morrerá servo –, não se pode entender a ‘classe’ como comunidade. A ‘classe’ é definida por um número de pessoas que comungam, no seu contexto social, de um semelhante propósito de vida. Esse propósito é exclusivamente representado por interesses de cunho económico, da posse de bens, das oportunidades, do rendimento, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho. Dessa forma, para Weber, *“é criada uma mesma [...] situação de classe, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe”* (WEBER, 1974). A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não-proprietários. Ora, como o factor que cria a classe é um óbvio interesse económico vinculado à existência no mercado, a *“situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação de mercado”* (WEBER, 1974). Simplificando, poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com as relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios do seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais (WEBER, 1974). Weber estabelece também uma tipologia da classe, destacando três tipos: a) A *classe proprietária*, na qual as diferenças de propriedades determinam a situação de classe. Existem classes proprietárias positivamente privilegiadas, detentoras de uma série de monopólios relativos à venda de produtos, à formação de poupança, à constituição de patrimónios, à possibilidade de se viver de rendas. Mas também são encontradas classes proprietárias negativamente privilegiadas, que se firmam como objectos de propriedade, como servos, devedores, pobres. b) A *classe lucrativa*, possibilitada por meio da valorização de bens e serviços no mercado, pela direcção da produção. Os que fazem parte da classe lucrativa positivamente privilegiada são empresários, comerciantes, industriais, banqueiros e profissionais liberais como médicos, advogados e artistas. Já os trabalhadores qualificados, semi-qualificados ou não-qualificados, são considerados

como pertencentes à classe lucrativa negativamente privilegiada. Entre os positivamente privilegiados e os negativamente privilegiados, tanto da classe proprietária, quanto da classe lucrativa, encontram-se as classes médias, formadas por indivíduos com pequenas propriedades ou qualidades de educação, camponeses, artesãos independentes, funcionários públicos ou privados. c) A *classe social*, forjada por critérios pessoais ou geracionais. São membros desta classe a pequena burguesia e o proletariado (WEBER, 1991). As classes convergem e garantem aos seus representantes o intercâmbio entre elas, sendo que indivíduos da classe lucrativa podem também pertencer à classe social. Aqui não há fixação ou rigidez de posições (pré)determinadas. O fluxo social entre uma classe e outra é possibilitado pela própria condução analítica weberiana. Como a 'classe' é definida, em última instância, por interesses económicos, só existem lutas de classes de acordo com acções comunitárias de indivíduos na mesma situação de classe, isto é, que procurem melhor acesso ao mercado, como sejam a guerra de preços, a luta pelos salários ou a guerra de produtos e condicionantes do mercado, são, no fundo, as verdadeiras condicionantes para as lutas de classes (WEBER, 1974).

O pensamento de Weber, no que tange à estratificação social, não está isento de falhas e imprecisões, tendo actualmente diversos autores apontado limites para tais teorias e incluindo novas perspectivas em debate. Deste modo, a teoria weberiana apresenta-se em permanente revisão ou actualização, sendo necessário, em face da concepção de Weber, que os ideais, construídos abstratamente, e a realidade, observada empiricamente, se confrontem, residindo aí a compreensão de eventos históricos com sentido relativos à ordem social, económica ou do poder, como é o caso da estratificação social.

O sociólogo norte-americano Wright Mills apresenta como uma das suas principais temáticas de estudo, ao lado da teoria das elites, o fenómeno da chamada 'nova classe média'. Sendo um 'autor de inspiração weberiana', Mills estabelece distinções entre os trabalhadores pertencentes à nova classe média, e os trabalhadores representados pelos operários. Mediante a sua análise é possível rever as noções de Weber sobre estratificação e as categorias de classe, *status* e poder. Os trabalhadores pertencentes à nova classe média, apelidados de trabalhadores de colarinho branco, são formados por um tipo específico de trabalhador, com hábitos sociais, económicos e políticos que

conferem um cunho específico a esta nova classe média. A ampliação do número de trabalhadores com funções diferenciadas em relação aos trabalhos manuais, isto é, os operários, fomenta o surgimento dos trabalhadores de colarinho branco, associados a um *status* diferenciado por serem tipicamente vinculados às funções de escritório, ao trabalho intelectual, com a possibilidade de mobilidade e com certo grau de autonomia. Em contrapartida, os trabalhadores manuais consubstanciar-se-iam em operários fabris, com baixa ascensão e sem condições de autonomia perante o processo de produção.

Assim, a 'nova classe média' é formada por profissionais liberais que se tornam assalariados ao longo do tempo e por novos profissionais que surgem com o desenvolvimento económico, como técnicos, empresários e professores, todos eles revelando práticas diferentes (MILLS, 1979). Mills chega à conclusão de que a classe trabalhadora é heterogénea e que existem lugares intermédios entre as classes do proletariado e da burguesia, estas situadas em pólos opostos conforme referido. O comportamento diferenciado dos trabalhadores de colarinho branco evidencia a nova classe média, a qual apresenta como elemento motivador das suas acções o prestígio e o *status*, divergindo nesse sentido em relação aos demais trabalhadores. Para Mills, a sociologia das ocupações torna-se assim indispensável ao entendimento da 'nova classe média', pois ela deriva de uma passagem da posse de propriedades para a não-propriedade, em termos negativos, bem como da passagem da estratificação baseada na propriedade para uma estrutura orientada pela ocupação, em termos positivos (MILLS, 1979). Actualmente, as possibilidades de venda de serviços pessoais no mercado de trabalho determinam a vida da maior parte dos indivíduos pertencentes à classe média. Ou seja, *"a situação de classe, em seu sentido mais simples e objectivo depende do momento e da fonte de renda"* (MILLS, 1979). O fenómeno dos trabalhadores de colarinho branco possibilita uma revisão significativa da concepção weberiana da estratificação, ao revelar a complexa associação entre os conceitos de classe, *status* e poder. A posição ou ocupação em relação ao mercado, no caso da 'nova classe média', faz a síntese e estabelece a correlação desses conteúdos, sendo *"impossível defini-los com precisão a partir de um critério isolado de estratificação, seja a especialização, função, classe, status ou poder (...) eles geralmente estão nos níveis médios de cada uma dessas dimensões"* (MILLS, 1979). As ocupações estão, portanto, vinculadas à classe, *status* e poder, assim como à especialização e função, para compreender as ocupações

que integram a nova classe média, devemos analisá-las em cada uma dessas dimensões (MILLS, 1979).

Nesse sentido, Weber indica que a emergência do capitalismo, entendido como cultura e não como modo de produção, possibilitou que um espírito capitalista peculiar se desenvolvesse entre os protestantes. O racionalismo económico, com o uso disciplinado do dinheiro, garantiu uma nova mentalidade ou um novo *ethos* económico, expresso através de um determinado estilo de vida. A vivência do capitalismo na condução metódica e cotidiana das vidas, ou seja, a vivência de um estilo de vida capitalista garante critérios também para a estratificação social. Como anteriormente afluído, os estamentos ditam regras no que respeita ao desígnio da vida, as associações de classe também, pois os indivíduos na mesma situação de classe, com componentes causais comuns no mercado, evocam hábitos sociais semelhantes (WEBER, 2006). Toda a problematização weberiana acerca da racionalização económica advinda de preceitos da teologia protestante e garantindo um modo de vida singular, conflui com a abordagem de Mills, o qual vincula à ‘nova classe média’ os preceitos de classe, *status* e poder.

O conceito marxista de classe implica a oposição fundamental entre apenas duas classes. Contudo, em termos históricos e concretos, Marx percebeu que a sua estrutura de classes (grandes proprietários rurais, burgueses e operários) não correspondia perfeitamente às realidades sociais da Europa da sua época. Assim, percebe-se porque aborda as fracções da grande burguesia, em sectores da pequena burguesia, na classe dos pequenos proprietários, etc. Marx distinguiu ainda a classe camponesa (rural) da classe operária (urbana). O fundamental, contudo, no entendimento de Marx, era que esses grupos acabariam por se definir em relação à posição que ocupavam no modo de produção capitalista, como compradores ou vendedores de força de trabalho. Considerando a posição que assumiam em relação ao mercado – se vendedores ou compradores de bens, serviços ou força de trabalho – os indivíduos poderiam inserir-se numa ou noutra classe. Weber chamou isso de “*situação de classe*”, ou seja, uma situação que dependeria da posição momentaneamente ocupada. Sendo variável, a posição ocupada na estrutura produtiva não poderia ser o único factor de estratificação social, nem mesmo estar na origem das revoltas políticas que levariam ao fim do capitalismo, conforme encontramos em Marx. Max Weber, ao contrário de Karl Marx

defendia que não havia característica única que definisse a posição de uma pessoa no sistema de estratificação, tendo por isso identificado as tais três componentes que definiam, em seu entender, a estratificação: classe, *status* e poder.

A sociologia de Weber possibilitou o estudo do fenómeno da estratificação social através de diversas perspectivas. Além disso, procurou ainda relacionar as diferentes esferas da vida social – política, económica e social ou cultural – afirmando que são todas importantes na determinação da posição do indivíduo na sociedade.

A preocupação em determinar a posição e o papel do indivíduo na sociedade está presente também no pensamento de Émile Durkheim. Analisando as sociedades modernas europeias, Durkheim afirmou que as antigas formas de estratificação social (como as hordas ou os clãs familiares) seriam substituídas por grupos profissionais originários da divisão do trabalho ou por grupos políticos e de funcionários públicos oriundos da consolidação de espaços específicos, como a sociedade política.

Durkheim afirmou em 1893 que a divisão e a especialização do trabalho eram uma tendência inevitável no desenvolvimento das sociedades modernas. Além desse, existiriam outros factores de estratificação social como o crescimento populacional, a urbanização, o incremento das redes de comunicação e o aumento da densidade das relações sociais.

A divisão do trabalho tenderia a assegurar o exercício da liberdade individual porque permitiria que cada um seguisse a sua vocação ou desejo profissional.

Assim, e para que a realização das vocações pessoais, anunciada pela especialização cada vez maior do trabalho, não entrasse em conflito com a necessidade de manter a sociedade unida e coesa, era necessário que se estabelecessem regras e normas claras que eliminassem o “*estado de anomia*⁴, *jurídica e moral em que actualmente se encontra a vida económica*” (DURKHEIM, 1977).

⁴ A ‘anomia’ é um estado de falta de objectivos e regras, de perda de identidade, provocado pelas intensas transformações que ocorrem no mundo de hoje. A dita modernidade, com os seus intensos processos de mudança, não fornecendo novos valores que preencham os anteriores, originam uma espécie de vazio de significado no cotidiano de muitos indivíduos. Cria-se assim um certo sentimento de deriva, participando inconscientemente dos processos coletivos e sociais, com a perda quase total da actuação consciente e identitária. Durkheim emprega esta terminologia para mostrar que algo na sociedade não funciona de forma harmoniosa. Para Durkheim, o sentimento de perda, no que diz respeito às normas e desejos, pode perturbar a harmonia da vida das pessoas, tal como acontece em tempos de crises económicas ou de fortes conflitos pessoais. O termo anomia é também utilizado para designar sociedades ou grupos no interior delas que sofrem do caos gerado pela ausência de regras de

Uma vez regulamentadas as tarefas e estabelecidas regras e normas entre empregados e patrões, a divisão evitaria a luta de classes prevista por Marx. Além disso, aproximaria os indivíduos, porque os faria dependentes uns dos outros. A este processo, Durkheim designou de solidariedade orgânica, concebendo-a como uma consequência social da divisão do trabalho. Assim, em vez de se ater ao impacto da divisão sobre a produtividade do trabalho ou sobre os conflitos entre as classes, Durkheim estudou os seus benefícios e a sua capacidade de garantir solidariedade entre cada um dos grupos profissionais ou de cada classe.

Nos três clássicos abordados, subsistiriam fortes diferenças e divergências de pensamento, como com o fim do feudalismo e constituída uma nova estrutura de classes, Marx acreditava que as novas classes seriam antagónicas porque a sua relação estava pautada pela exploração de uma sobre a outra, ao passo que Weber negava a centralidade do factor económico na determinação do comportamento dos indivíduos e só em algumas situações específicas previa a 'luta de classes', enquanto Durkheim vislumbrava o surgimento de uma solidariedade entre elas. Certo é que nestes três, podemos encontrar um denominador que é comum, porquanto todos concordavam que a figura do cidadão livre surgiu numa nova forma de organização social, mais dinâmica e propícia ao surgimento de novas identidades, e como tal, também de novos conflitos.

IV- Identidade colectiva, movimentos sociais e protestos anti-austeridade:

Hodiernamente, existe um fenómeno que une igualmente protestos como aqueles ocorridos recentemente e mais conhecido como a Primavera Árabe de 2011, os protestos na Praça Taksim na Turquia e as recentes manifestações que abalaram o Brasil. Esse elo de ligação chama-se 'classe média' e deve-se à sua crescente ascensão no panorama mundial. Protestos como aqueles que ocorreram na Tunísia, no Egito, na Turquia e no Brasil, foram liderados não pelas estruturas tradicionais, mas sim por uma franja jovem e com níveis de educação e rendimentos maiores que o habitualmente observado, assumindo-se como actores que dominam as ferramentas tecnológicas e

boa conduta comumente admitidas, implícita ou explicitamente, ou, pior ainda, devido à instalação de regras que promovem o isolamento ou mesmo a predação ao invés da cooperação.

que usam as redes sociais como o Facebook ou o Twitter para disseminar informações e mobilizar tais protestos ou manifestações.

No caso da Turquia, contestaram as políticas de “desenvolvimento a todo custo” e o autoritarismo do governo do Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdoğan. No Brasil, os manifestantes protestaram contra uma elite política enraizada e altamente corrupta, preocupada em promover projectos megalómanos em detrimento do fornecimento de serviços básicos na área de saúde e de educação, tão necessários à população em geral.

É indiscutível o entusiasmo que se tem observado com o crescimento desta classe média globalmente considerada, embora este entusiasmo se atenha primordialmente do lado económico e financeiro, porquanto tal crescimento traduzirá um crescimento acentuado com as despesas e necessidades desta classe média, que duplicará até 2050. Num relatório publicado pelo Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, estabelecem-se previsões em que o número de pessoas pertencentes à classe média aumentará de 1,8 bilhão em 2009 para 3,2 bilhões em 2020 e para 4,9 bilhões em 2030, num universo ou população global estimada em 8,3 bilhões. A maior parte desse crescimento deverá ocorrer na Ásia, especialmente na China e na Índia. Ainda assim, todas as regiões do mundo seguirão essa tendência. Isso inclui a África, que, de acordo com estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento, tem já mais de 300 milhões de pessoas na dita classe média. A definição de classe média não se limita aos níveis de rendimento, mas envolve também educação, ocupação e propriedade de bens, factores que são, consideravelmente, mais relevantes para prever o comportamento político. Vários estudos internacionais, demonstram que os maiores níveis educacionais de sempre estão directamente relacionados com o aumento e valorização da democracia, das liberdades individuais e da tolerância referente a estilos de vida considerados até então alternativos. As pessoas da classe média não anseiam apenas segurança para as suas famílias, mas também escolhas e oportunidades para si. Aqueles que concluíram o ensino médio ou que passaram alguns anos na universidade são mais propensos a ter conhecimento de eventos ocorridos noutras partes do mundo e a estar conectados a outras pessoas da mesma classe social no exterior por meio dos meios tecnológicos. Além disso, é importante destacar que os indivíduos recém-chegados à classe média têm maior probabilidade de experimentar aquilo que o cientista político Samuel Huntington chamava de “A Lacuna” (“The Gap”): isto é, a incapacidade da sociedade de

atender às crescentes expectativas relativas aos avanços económicos e sociais. Esse fenómeno foi claramente evidenciado na Primavera Árabe, quando dezenas de milhares de jovens com nível educacional relativamente alto lideraram manifestações que resultaram em mudanças de regime. A Tunísia e o Egipto tinham formado um grande número de pessoas na última geração, mas os governos autoritários de Ben Ali e de Mubarak eram regimes onde o clientelismo e o capitalismo imperavam, e nos quais as oportunidades económicas dependiam pesadamente dos vínculos políticos estabelecidos. A economia desses países não cresceu num ritmo rápido o suficiente para gerar empregos para grupos de jovens cada vez mais numerosos. O resultado foi uma revolução política. Ainda que os protestos, as insurreições e, eventualmente, as revoluções sejam tipicamente lideradas por indivíduos recém-chegados à classe média, este grupo raramente consegue implementar mudanças políticas duradouras por si só. Isso ocorre porque a classe média geralmente representa um segmento minoritário da sociedade em países em desenvolvimento e, além disso, trata-se de um grupo internamente dividido. Tendencialmente, e caso não consigam coligar-se a outros grupos da sociedade, os seus movimentos não produzirão mudanças políticas duradouras.

Portanto, os jovens manifestantes em Túnis ou na Praça Tahrir no Cairo conseguiram derrubar os seus respectivos ditadores, mas falharam ao não organizar partidos políticos capazes de disputar as eleições nacionais, de forma democrática. Os estudantes, em particular, não souberam mobilizar os camponeses e os trabalhadores de forma a criar um consenso político mais abrangente. Paralelamente, os partidos islâmicos – o Ennahda na Tunísia e a Irmandade Muçulmana no Egipto – possuíam uma base social visivelmente relevante entre a população rural. Devido a diversos anos de perseguição política, eles tornaram-se extremamente eficientes na organização desta franja de seguidores com menor nível educacional. Em virtude disso, tais ditadores triunfaram no processo eleitoral realizado após a queda dos regimes autoritários.

A situação no Brasil é muito diferente. Os manifestantes no país não enfrentavam uma repressão por parte do governo da Presidente Dilma Rousseff. Ao invés disso, o desafio aqui seria encontrar uma forma de evitar a cooptação de políticos corruptos e de provocar alterações nesse estado enraizado de corrupção que se vem estendendo a todos os sectores da sociedade. Pertencer à classe média não significa propriamente

que um indivíduo irá automaticamente apoiar a democracia ou um governo transparente. Estas classes médias, tal como as de países asiáticos, como a Tailândia e a China, apoiaram governos autoritários em situações nas quais essa opção parecia ser o melhor meio de assegurarem o seu futuro e a sua pretensão económica. A classe média urbana de hoje pode dissipar as suas energias em distrações como a política de identidade, ou pode até mesmo ser subornada por um sistema que oferece óptimas recompensas para os que aprendem a dançar conforme a música.

Porém, o que realmente se anseia é uma sociedade mais livre, justa e democrática. A nova classe média não é apenas um desafio para os regimes autoritários ou para as novas democracias. Todas as democracias em países ditos desenvolvidos devem tomar especial atenção a esta classe média munida pelos recursos tecnológicos de última geração, a qual se tornará cada vez mais exigente no que se refere à classe política.

Na América do Norte e na Europa atravessamos um período de reduzido crescimento e com altas taxas de desemprego, que chegam a 50 por cento entre os jovens em países como a Espanha. A geração mais nova do mundo desenvolvido vê o seu futuro hipotecado por colossais dívidas. Certo é que ninguém nos países ditos desenvolvidos pode olhar de forma complacente para os eventos em Istambul ou em São Paulo e pensar que aquilo nunca aconteceria no seu país, na sua realidade.

Relembremos o que Alain Touraine propugna, ao defender que a classe operária já não é uma classe com tanta importância social, em virtude de diversas razões responsáveis por tal transformação, nomeadamente *“a fragmentação do mundo operário, o trabalho temporário, os contratos a prazo, a chegada de trabalhadores estrangeiros”* (TOURAINÉ, 2006). Ora, é indiscutível que se formou um novo mundo no final do Milénio, tendo este vindo a desenhar-se desde mais ou menos o final da década de 60 e meados da década de 70, na convergência histórica de três processos independentes: a revolução da tecnologia da informação; a crise económica do capitalismo e do Estados e a consequente reestruturação de ambos; e o apogeu dos movimentos sociais e culturais, tais como a liberdade, os direitos humanos, o feminismo e o ambientalismo. A interacção entre esses processos e as reacções por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da realidade virtual. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa

cultura está subjacente à acção e às instituições sociais num mundo interdependente (Castells, 2002).

Temos de ter em consideração um elemento fundamental na mudança de paradigma, como foram e continuam a ser os meios tecnológicos e a sua constante inovação. Os meios tecnológicos vieram facilitar a criação deste mundo individual, principalmente a internet e o telemóvel. Por isso, entende-se hoje cada vez mais que o mundo é individualizado pelas vontades e interesses de cada um e poderá ser essa subjectividade, mais ainda a subjectivação, que travará o avanço da globalização, que será *“essa a grande força de resistência”*. Sendo *“a união de todos que cria a liberdade de cada um”*, é essa liberdade que nos está a afastar do social, da nossa cultura, da nossa língua. Podemos, desta forma, afirmar que vivemos num mundo em que a sociedade civil tem uma força cada vez maior, mas em que com o advento do liberalismo e com a dita ‘modernidade’ se subjugam indivíduos a algo mais impessoal e castrador da identidade individual e colectiva: os mercados. Hoje a preocupação dos Estados reside na economia, tendo relegado muitas vezes o social e o cultural para um plano subsidiário ou inferior.

Este determinismo imposto pelos *“mercados”*, qual ‘entidade’ supra estatal que condiciona com a sua racionalidade, autoritária e impiedosamente aplicada à governação dos Estados. Vemo-nos, assim, em dois pólos opostos, objectivação vs. subjectivação, devendo ponderar qual o caminho que queremos percorrer nos tempos vindouros. Para Touraine, deveremos recentrar a questão em torno do sujeito e do seu ponto de vista.

Elísio Estanque entende que estas velhas noções de modernidade, desenvolvimento e progresso vieram dar lugar à ideia de pós-modernidade, de imprevisibilidade e de incerteza quanto ao sentido da história e da mudança social, sendo que a intensificação das trocas comerciais a uma escala transnacional, com a ajuda da revolução informática, tecnológica e comunicacional, aceleraram e multiplicaram os processos de mercantilização da vida e das sociedades, ao mesmo tempo em que os Estados e as economias nacionais perderam parte da sua antiga soberania, autonomia e capacidade reguladora. Porém, entende o sociólogo, ao contrário da retórica liberal e tecnocrática de muitos teóricos e *experts*, o novo liberalismo que avassalou o mundo desde os anos 1980, não só não atenuou os problemas humanos e os riscos sociais como os agravou

drasticamente. Se é certo que as oportunidades de negócio e as vantagens lucrativas se mostraram uma alegre realidade para uma ínfima minoria – sobretudo dos que já eram ricos e poderosos –, por outro lado, também é certo que a larga maioria das populações e das classes trabalhadoras, incluindo amplos sectores da classe média se viram a confrontados com o agravamento das suas condições de vida e de trabalho. Hoje, muitos constataam a intensificação das desigualdades e injustiças sociais, mesmo aqueles que foram acérrimos defensores do mercado livre e das infinitas potencialidades da economia financeira voltam-se por ora para o Estado requerendo o seu auxílio (Estanque, 2009).

Podemos assinalar alguns impactos centrais desta senda neoliberal e da globalização na estrutura social dos países. Primeiramente, houve uma forte concentração dos rendimentos e da riqueza nas mãos de pequenas elites económicas. Nos países que foram pioneiros na adopção do modelo neoliberal, como os EUA e a maioria dos países europeus, a percentagem da faixa dos 1% mais ricos da população é de cerca de 22%, sendo que no Reino Unido, essa percentagem é de 15%. Em segundo lugar, nas últimas duas décadas, em razão do rápido crescimento de países como a China, a Índia e alguns países da América Latina, milhões de pessoas deixaram a pobreza e juntaram-se à “classe média”, pelo menos quando considerada numa perspectiva meramente económica e estatisticamente observada atendendo ao número de pessoas que vivem acima da linha da pobreza. Em terceiro lugar, tem ocorrido um processo de diferenciação interna da classe média. Indivíduos que trabalham em locais como escolas, hospitais e empresas do sector público têm sofrido os efeitos adversos da contenção orçamental, das políticas de austeridade e de recorrentes privatizações. Entretanto, um segmento “emergente” da classe média – formado por indivíduos altamente qualificados em áreas como a finança e a gestão, o sector jurídico e o sector económico – viram o seu rendimento disponível aumentar, progredindo, em consequência, na pirâmide social. Em quarto lugar, os salários e o emprego dos trabalhadores foram afectados pelas mudanças no sector empresarial, como a deslocalização de empresas e pela ‘terceirização’ de actividades para países onde imperam os baixos salários e demais condições laborais, pelo aumento da concorrência das importações de produtos manufacturados de baixo custo, pelo aumento da imigração e pela redução dos trabalhadores sindicalizados. Estas tendências têm

extremado as estruturas convencionais, criando grandes diferenças de riqueza entre os muito ricos, a classe média e os trabalhadores, contribuindo para a ansiedade social, o desespero, o descontentamento e para uma forte propensão aos protestos.

Veja-se por exemplo, no início de 2011, com o início de novos tipos de protestos globais de contágio e comunicação que se disseminaram em diferentes contextos. Ao contrário de outros ciclos marcados por valores pós-materialistas, este no ciclo global de protestos anti-austeridade fundaram-se nas mudanças nas questões laborais e materiais que ganharam, assim, uma nova centralidade. A base laboral e social destas mobilizações é particularmente evidente, embora não exclusiva, ligando-se ao descontentamento em relação às instituições políticas e a uma crise de legitimidade das elites no poder. Estes protestos em face dos efeitos negativos da globalização, com a sua lógica capitalista subjacente, a automatização e organização empresarial, levaram ao decréscimo da consciência de classe operária, pelo que assume hoje especial relevo a autonomia e a liberdade do indivíduo e, como tal, o que Elísio Estanque apelida de 'efeito classe média'.

No entanto, é evidente que a concentração da riqueza nas mãos das elites económicas, o elevado custo da educação, as contingências orçamentais em áreas como a saúde, a justiça e a segurança social, aliada à fragilidade dos empregos tradicionais da classe média e ao aumento do endividamento têm afectado negativamente a classe média durante toda esta demanda neoliberal.

V- Considerações Finais

O conceito 'classe média' tem raízes históricas profundas, conforme se aludiu, sendo que já Aristóteles a definia como sendo a classe daqueles que eram proprietários, e portanto, constituída por pessoas bem posicionadas para governar o Estado. Segundo o filósofo, tal classe funcionaria como uma força moderadora, tanto com a sua capacidade técnica, como com a sua capacidade mobilizadora para uma governação justa e solidária, a dita governança sóbria. Durante o seu já longo caminho, a classe média tem sido associada a um amplo leque de qualidades que *per si* a ajudam a definir como a frugalidade, o espírito democrático e, por outro lado, o forte consumismo a si associada.

Em períodos mais recentes, esta classe tem sido cada vez mais reconhecida como um dos principais motores da economia global, ao contrário das classes mais desfavorecidas e pobres, as quais seriam, *latu sensu*, aquelas que estariam em linha com a classe operária e anteriormente vista como a classe operária. Ao contrário da classe dos mais ricos, esta classe tem em si um grande número de pessoas, assumindo-se como um factor determinante para estabelecer tendências globais. A ascensão da classe média é, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes do mundo moderno. Há quem entenda, inclusive, que países como o Brasil, a Índia e a China já foram desconsiderados como exemplo da forte ascensão da classe média, porquanto abrigam nas suas estruturas sociais um elevado número de pobres, com muito fracas condições de vida, sendo hoje sobejamente reconhecidos como países onde se assiste sim a uma emergente classe média global. O rápido crescimento dessas e de outras economias está reformular drasticamente a distribuição da riqueza mundial, tornando-a, ao que se espera, significativamente mais igualitária e justa.

Em Portugal, a crise económica vivida nos últimos anos foi marcada por um crescimento drástico do desemprego, assistindo-se também a uma intensificação dos conflitos sociais.

Inicialmente, os grandes protestos foram organizados essencialmente a partir do campo sindical mas o início de 2011 marcou mudanças importantes nas dinâmicas de conflito, incluindo a reconfiguração das estruturas de oportunidade política e a emergência de novos atores. De facto, no período que mediou 2011 e 2013 desenhou-se um ciclo de mobilizações que, inserido numa nova onda de protestos globais, deu uma grande visibilidade a algumas das categorias nas quais os sindicatos apresentavam já dificuldades em mobilizar – em particular trabalhadores precários e desempregados. Estas mobilizações assinalaram a emergência de um precariado, jovem e qualificado, constituído à custa do aumento da flexibilidade, do desemprego e da precariedade (ESTANQUE et al., 2013), que viriam a fazer parte de um novo paradigma no campo dos protestos sociais.

Observando o recente ciclo de mobilizações, constatamos que o desemprego terá sido, de facto, um dos principais factores para os protestos, mas é, porém, menos claro qual o seu peso e os mecanismos e os processos associados. Algumas explicações apontam para a base jovem e qualificada desse desemprego (ESTANQUE et al., 2013),

inclusive para as suas conexões internacionais com outros protestos semelhantes. Há, de facto, uma ligação das condições de desemprego e de falta de rumo para uma geração que é vista como a mais qualificada de sempre, com os protestos anti austeridade.

Em Portugal, o protesto da geração à rasca contribuiu de forma decisiva para a reconfiguração das estruturas de oportunidades política, abrindo espaço a um novo paradigma de manifestação e intervenção cívica.

Neste sentido, o pico da conflitualidade deu-se em contexto de agudização da massificação do desemprego. Os esforços de coordenação dos interesses subjacentes incluíram uma interessante reconfiguração de estruturas de mobilização e o esboço de uma aliança, mesmo que discreta e frágil, entre actores diversos.

Embora o pensamento weberiano sobre estratificação tenha raízes evidentemente sociológicas, as suas análises, especialmente acerca da classe, vem sendo mais útil não só ao campo da Sociologia, mas principalmente à área da Economia. A crítica feita a Karl Marx, e aos próprios marxistas, de que a tese da bipolarização social, na qual o proletariado se encontraria num extremo e a burguesia no outro, consistiria num castramento da análise dos pressupostos da estratificação social e das posições económicas ocupadas no processo de produção. Contudo, toda a apresentação da ideia da bipolarização social foi sendo aprimorada com a percepção de que os antagonismos e as contradições vividas no modo de produção capitalista impulsionam o Estado e as classes sociais, o que requer uma compreensão dialética de tais categorias. Desta forma, Marx forja a noção de “fracção” para resolver o problema da não homogeneidade das classes bipolarizadas. Há, então, o reconhecimento pela teoria marxista de que simplesmente as relações económicas estabelecidas pelos indivíduos não são suficientes para conferir a necessária posição de classe que eles possuem. Além da repercussão ideológica da posição económica que se ocupa, a incorporação de outras relações sociais e políticas também passam a ser evidenciadas nesse processo de orientação da estratificação (MARX, 1986). A crítica feita aos marxistas pode ser delegada ao próprio Weber, quando este destaca, na sua tipologia sobre classe, o nível das relações e estruturas de apropriação económica e dominação política, ou seja, os mecanismos de poder político que legitimam as formas de apropriação. Há explicitamente o predomínio do económico perante outras categorias de explicação,

como a própria religião. A classe passa a ser entendida como *“uma socialização de interesse em razão da situação em que se encontram indivíduos que julgam ter uma posição exterior e um destino comum, porque dispõem ou não do poder sobre os bens económicos”* (FREUND, 1987).

Deste modo, a situação de classe é directamente marcada pela situação no mercado. Tudo isso cabe, porém, à área da economia e não apenas ao campo da sociologia, levando a que se atente com mais detalhe este debate weberiano nos dias de hoje, face a crise financeira e a consequente política de austeridade, bem como os protestos anti austeridade que daí advieram.

Assim, entendemos que a chamada classe média é uma categoria muito heterogénea, sendo afectada na sua composição social por diversas clivagens e recomposições. Elísio Estanque entende que *“a classe média não é de facto, nem um grupo, nem uma comunidade, nem muito menos uma classe”*. Para o sociólogo, a ‘classe média’ *“é um corpo intermédio da estrutura social que se reproduz através de recursos pré-existentes, mas que se expande nas sociedades em desenvolvimento, permitindo o acesso das camadas mais escolarizadas filhas de trabalhadores manuais e de pequenos proprietários tradicionais (...). O seu impacto na sociedade estende-se muito para além da estrutura produtiva, tocando as representações, ambições e expectativas de amplos sectores da classe trabalhadora, nomeadamente através da esfera do consumo e na estruturação dos estilos de vida”*. Como tal, e atendendo à vulgarização do conceito classe média, utilizando uma expressão formulada por Elísio Estanque, concluímos que este ‘efeito classe média’ foi determinante, não só como causa ou factor potenciador dos protestos anti-austeridade, mas também como efeito desses protestos, tendo sido determinante para a sua constituição, mobilização e resultado, com a franca oposição às medidas adoptadas, prejudiciais e transversais a toda a sociedade.

VI- Referências

- BOURDIEU, Pierre, As estruturas sociais da economia, Ed. Campo das Letras, 2006.
- CASTEL, Robert, As metamorfoses da questão social, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel, Fim do Milénio, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

- CASTELLS, Manuel, et al, As culturas económicas da crise em debate - A crise global não global e as culturas económicas alternativas, Ed. Mundos Sociais, 2011.
- DURKHEIM, Émile, A divisão do trabalho social, Lisboa, Editorial Presença, 1977.
- ESTANQUE, Elísio, O 'efeito classe média' – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI, Oficina do CES, n.º 172, Abril 2002.
- ESTANQUE, Elísio, Sociologia e Engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo, Caderno CRH, Salvador, V. 22, n.º 56, 2009.
- ESTANQUE, Elísio, COSTA, Hermes e SOEIRO, José, Journal of Social Science Education, Vol. 12, n.º 1, 2013.
- FITOUSSI, Jean-Paul, A Democracia e o Mercado, Ed. Terramar, 2005.
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GIDDENS, Anthony, O Mundo na era da Globalização, Ed. Presença, 2000.
- GIDDENS, Anthony, Dualidade e Estrutura, Celta Editora, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 235.
- HODGSON, Geoffrey, A Philosophical Perspective on Contemporary Evolutionary Economics, *The Elgar Elgar Companion to Recent Developments in Economic Methodology*, Cheltenham UK and Northampton MA: Edward Elgar, 2011.
- MARX, Karl, As Lutas de Classes em França, São Paulo, Global, 1986.
- MILLS, Wright, A nova classe média, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- PARSONS, Talcott, The Social System, 2nd Ed., Routledge Sociology Classics, 1991.
- POULANTZAS, Nicos, Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui, Paris, Éditions du Seuil, 1974.
- ROBERTSON, Roland, Globalization – Social Theory and Global Culture, SAGE Publications, 1992.
- TOURAINE, Alain, Crítica da Modernidade, 7.ª Ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
- TOURAINE, Alain, O mundo das mulheres, Petrópolis, Ed. Vozes, 2010.
- TOURAINE, Alain, Um Novo Paradigma para compreender o mundo de hoje, Instituto Piaget, 2006.
- WEBER, Max, Ensaios de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. LTC, 1974 (ed. 1982).
- WEBER, Max, Economia e Sociedade, Brasília, Editora UnB, 1991.
- WEBER, Max, A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- WRIGHT, Erik Olin, Classe, Crise e o Estado, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.